

Ata da VI Reunião Extraordinária da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado do Tocantins – CIEA/TO

Data: 11 de dezembro de 2009

Local: Auditório da Secretaria do Planejamento - SEPLAN

Aos onze dias do mês de dezembro, do ano de dois mil e nove, às oito horas e quarenta minutos, reuniu-se a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental – CIEA-TO.

Integrantes e Instituições presentes na reunião:

MEMBROS DA CIEA

Silene Miranda Lima	SESAU
Arlete Silva Ribeiro	MPE
Divina Paula Batista de Oliveira	IBAMA
Keury Juliana Nunes da Silva	SEPLAN
José Maria da Silva Júnior	MPE
Roselice Ferreira Silva	SEDUC
Eliene Augusta Lagares	SEAGRO
Eliene Gomes dos Santos	SEDUC
Eliane de Oliveira da Silva	RURALTINS
Iêda M. Pinheiro Nolasco	CEE
Maria da Conceição Silva Oliveira	IPDHMA
Flávia Valéria Pereira Quirino	IPDHMA/CJ
Vânessa A. Sardinha Sousa	DERTINS
Hélia Rodrigues de Azevedo Pacheco	SRHMA

CONVIDADOS

Aline Gonçalves Pereira	Fundação UNIRG
José Carlos Miranda	RURALTINS
Leandro A. Costa	SRHMA
Stela Mara Teixeira Fernandes Azevedo	SRHMA

A presidente em exercício, Hélia Azevedo, iniciou a reunião cumprimentando a todos e pedindo para que os membros se apresentassem, a fim de se conhecerem melhor, deu boas vindas aos novos integrantes da Comissão. Na seqüência fez a leitura da pauta a ser tratada: Leitura e aprovação do Regimento Interno da Comissão; Definição do Calendário de Reuniões 2010 e Palavra livre.

1ª MOMENTO: Leitura e aprovação do Regimento Interno da Comissão; A presidente da CIEA perguntou se algum dos presentes queria fazer a leitura do Regimento. O representante do Ministério Público Estadual, José Maria, sugeriu que fosse dispensada a leitura porque o documento havia sido enviado com antecedência a todos, e os que já houvessem feito a leitura prévia, destacassem suas sugestões, a fim de agilizar a discussão e dessa forma passar para a fase de resultados. Sugeriu também que falasse de como foi elaborado tal documento. A presidente

informou que na primeira reunião ordinária realizada dia 9 de junho de 2009, foi constituído um Grupo de Trabalho no qual se integrou a Secretaria de Recursos Hídricos e Meio Ambiente - SRHMA, Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS, Instituto de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos e Meio Ambiente - IDPHMA; Ministério Público Estadual - MPE; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA; Fundação Cultural; Companhia de Polícia Ambiental - CIPAMA e Secretaria Estadual de Educação - SEDUC, que se reuniram no dia 26 de junho para **revisão da Minuta de Regimento Interno da Comissão elaboração de uma nova proposta**, para tanto, foram utilizados os seguintes documentos: Regimento Interno da Comissão de 30 de janeiro de 2004; Decreto.nº3.304, de 27 de fevereiro 2008 e Série Documentos Técnicos, nº 1, MMA 2005. Deu prosseguimento pedindo que os participantes se manifestassem com relação ao documento em discussão. A Sra Eliene da SEDUC, falou que sentiu falta no Regimento de algo sobre a vigência do mandado da Coordenação Executiva e da Presidência da Comissão, se seria possível constar no Regimento ou não? Uma vez que, na Lei já consta que a cada dois anos se discute uma nova composição da CIEA. A Sra Eliane Lagares da SEAGRO manifestou que no capítulo II, § 1º, diz que os membros da CIEA/TO e seus respectivos suplentes terão um mandato de dois anos, complementou que engloba todos os membros e que não há necessidade de acrescentá-lo em outro artigo. A Sra. Eliene da SEDUC questionou como funciona os mecanismos de convocação de uma eleição para escolha de um novo presidente? Como isso acontece? Continuou questionando se a CIEA será sempre presidida pela Secretaria de Recursos Hídricos e Meio Ambiente, se não há possibilidade de outras instituições da Comissão vir a presidir? O Regimento e a Lei não dão essa abertura? Afirmou que em outros Estados já existe essa rotatividade de presidência, afirmou ainda que no Estado do Tocantins sempre foi coordenada pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e a sua preocupação é se vai continuar dessa forma ou se há possibilidade de mudança, para que a cada dois anos aja eleição para a escolha de um novo presidente. A senhora Arlete do MPE, argumentou que a Lei pode ser mudada, que qualquer processo hoje é democrático e tende a criar cada vez mais instrumentos que seja de representação participativa e nessa representação do todo, não cabe mais em nenhuma instância, seja no âmbito da Comissão ou do Conselho a centralização, ela deve ser democrática e definida pelos seus membros e tem que ser revista. A presidente explicou que a presidência da Comissão é de responsabilidade da Secretaria de Recursos Hídricos e Meio Ambiente, pois foi designada por Ato do Governador do Estado, que passou essa incumbência para o Secretário. Falou que concorda plenamente que a Comissão deve ser democrática e participativa e que sempre lutou para que isso acontecesse, desde quando começou a trabalhar na Secretaria e que já alcançou grandes avanços no sentido de ter sido repassada a presidência para um técnico que trabalha diretamente com a temática e a rotatividade da Secretaria Executiva. Afirmou que a Comissão é consultiva, portanto não tem poder para deliberar, para isso precisa solicitar a criação de uma Câmara Técnica de Educação Ambiental junto ao Conselho Estadual de Meio Ambiente - COEMA, pois ela poderá levar nossas demandas ao Conselho e pedir que seja revista a Lei, Ato ou Decreto que se refira a educação ambiental. A criação dessa Câmara é uma proposta antiga da Comissão, que ainda não se concretizou, porque os Conselhos estão passando por uma fase de reestruturação na sua composição. A Sra. Eliene concordou e acrescentou que essa discussão deve sim, ser levada para ser debatida no COEMA, porque até então, não se discute nada a respeito da CIEA nas reuniões do Conselho, argumentou ainda que o grupo deva se posicionar com relação à estruturação da CIEA, esse modelo é exclusivo do Estado do Tocantins, as demais CIEA's da Federação tem um formato diferenciado, muitas delas não são centradas ou coordenadas pelo Poder Público e sim pela Sociedade Civil Organizada. A Sra Eliane Lagares da Secretaria Estadual da Agricultura - SEAGRO, falou que concorda com a rotatividade da presidência, pois desde quando conheceu a Comissão sempre foi presidida pela mesma pessoa e

muitas vezes os trabalhos não caminhavam, talvez por falta de vontade ou de interesse, achando então que a mudança seja interessante. A presidente explicou que a Comissão era presidida pelo Sr. Belizário desde quando criou a Secretaria Estadual de Meio Ambiente, que o secretário lhe designou essa tarefa e como era tão atarefado não tinha tempo para coordenar os trabalhos da Comissão. Deu continuidade acrescentando, que há muito tempo debatem na possibilidade da CIEA se tornar deliberativa, mas todas as CIEA's da Federação são consultivas, portanto, é importante criar a Câmara Técnica, só ela poderá levar ao COEMA as propostas da Comissão para serem deliberadas. E ainda elucidou que as modificações sugeridas são pertinentes, entretanto necessita de modificação de Decreto, fato que torna impossível cumprir com as mesmas no momento, pois o Regimento para ser elaborado depende do que consta no Decreto e o mandato dos atuais membros só vence quando completar dois anos, sugeriu que continue esse *modelo até o vencimento do mandato. Todos concordaram. Na seqüência decidiram por ser feita a leitura da Minuta de Regimento Interno da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental*, onde ocorreram propostas de alteração com relação ao capítulo IV Do Funcionamento, Seção I, corrigir o § 2º retirar um terço (1/3) e acrescentar dois terços (2/3). Com o término das manifestações, deu-se por aprovado por unanimidade o Regimento Interno da CIEA.

DELIBERAÇÃO: Retornar a discussão da criação da Câmara Técnica de Educação Ambiental no COEMA nas próximas reuniões.

2º MOMENTO: Definição do Calendário de Reunião 2010; a Presidente questionou qual o dia da semana e horário ficaria melhor para a realização das reuniões da Comissão, afirmou que as mesmas serão bimestrais como estabelecido no Regimento Interno. Ficou definido que as reuniões ocorrerão nas últimas quartas-feiras do mês, às 14 horas. A primeira reunião do ano de 2010 da CIEA ficou marcada para dia 24 de fevereiro e provavelmente ocorrerá no novo prédio da SRHMA.

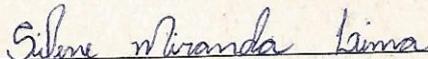
DELIBERAÇÃO: A Presidente enviará aos membros, o Calendário de Reuniões 2010 e a Ata junto com o convite da próxima reunião.

3º MOMENTO: Palavra Livre; a Presidente deixou a palavra em aberto para que os participantes pudessem informar a respeito de assuntos de interesse da Comissão, a Senhora Eliene – SEDUC informou que a CIEA/TO representa as CIEAs do Brasil no Comitê Assessor do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental. Explicou que o Decreto de 2003 regulamenta a Política Nacional e cria o Órgão Gestor da Política juntamente com o Comitê Assessor que é formado por representantes de vários setores da sociedade e que o Comitê se reúne duas vezes por ano para discutir, aprovar e dá encaminhamento nas ações que estão em discussão no Órgão Gestor e esse Órgão é constituído pela equipe de Educação Ambiental do Ministério de Educação – MEC e do Ministério do Meio Ambiente – MMA. Continuou explicando que por mudanças de gestor no MMA, o Órgão Gestor não se reunia a mais de ano e conseqüentemente o Comitê Assessor também não se reunia. Retomaram os trabalhos nos dias 23 e 24 de novembro quando foram convocados para participar de uma reunião, mais segundo ela, a reunião não foi muito produtiva, pelo fato do gestor da pasta do Meio Ambiente ser novo e vários representantes do Comitê Assessor também, a reunião teve uma conotação de recomeço, ficaram explicando todo o histórico para os novos membros (quem era Comitê Assessor, qual o papel dele, reformulação de Decreto), terminou a reunião e não teve avanços. Mas o fato interessante é que retomaram os trabalhos do Comitê e os encaminhamentos que estavam parados, e um deles é uma proposta de diretriz de educação ambiental que foi encaminhado para

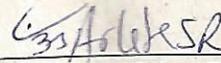
o Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA aprovar, e essa diretriz será disseminada através dos Conselhos para o sistema de ensino. É uma proposta que teve uma discussão participativa, já algum tempo vem sendo discutida no âmbito do MEC, foi apresentada e teve a colaboração do Comitê Assessor e posteriormente foi encaminhada para o CONAMA para análise e discussão em sua reunião que aconteceu na primeira semana de dezembro, mais ainda não recebemos o resultado, informou ainda que ficou pré-agendada para março de 2010 um Encontro de Gestores de Educação Ambiental para discutir e buscar fortalecimento dos trabalhos de educação ambiental desenvolvidos nos estados. Nesse encontro deverá acontecer uma nova eleição para escolha do novo representante das CIEA's no Comitê Assessor, pois o mandato da CIEA/TO já venceu. Informou que de encaminhamento ficou também uma Consulta a Controladoria da União com relação ao caráter do Comitê Assessor, seus membros reivindicam o caráter deliberativo. Várias representações que participaram como convidados também solicitaram assento no Comitê. O MEC apresentou alguns encaminhamentos com relação a Conferência Internacional Infante Juvenil pelo Meio Ambiente que acontecerá em 2010 é uma continuidade da Conferência Nacional, da qual vão retirar representantes para participar da Internacional. O articulador de cada Estado vai se reunir com as CIEA's. O articulador do Tocantins solicitou um agendamento com a CIEA/TO para apresentar como está procedendo todo o encaminhamento da Conferência Internacional. Continuou informando, que irá contactá-lo para ajustar a agenda com a próxima reunião da CIEA. Na seqüência passou a palavra para Flávia do IDPHMA/CJ-TO, que informou que participou em julho do IV Encontro de Juventude pelo Meio Ambiente, e nesse encontro reuniu-se com outros Coletivos dos Estados da Amazônia Legal e foi definido que iriam realizar o Primeiro Encontro Amazônico de Juventude pelo Meio Ambiente no mês de novembro em Belém/PA e teve uma sinalização da UNICEF que seriam os financiadores do evento. Foi feito todo um planejamento e divulgação do evento pela rede dos Coletivos e por problemas burocráticos o evento não aconteceu com a abrangência prevista. Seriam doze jovens representantes de cada Estado que participariam do evento, mas só dois jovens participaram. Ao final do evento foi realizada uma reunião, na qual fizeram um processo de replanejamento do Encontro e de Organização da Juventude Amazônica, nessa reunião levantaram o nome de dois Estados que poderiam sediar o próximo encontro e o Tocantins foi escolhido, o encontro será realizado nos dias 22 a 25 de julho de 2010. Ressaltou que precisa da colaboração das instituições que compõem a CIEA, pois o Coletivo Jovem do Tocantins ficou responsável pela estrutura como: local para realização do evento e alimentação para cerca de 150 jovens, complementou que não será só jovens do Coletivo, mas foram agregados também jovens de outros movimentos que trabalham a questão ambiental, distribuídos da seguinte forma: seis jovens do Coletivo Jovem de cada Estado, mais seis representantes de Entidades Juvenis. A partir de janeiro iniciarão as articulações para busca de parcerias. A contra partida dos outros Estados é financiar o deslocamento. Finalizou informando que no evento será discutida a formação de jovens e diretrizes de sustentabilidade e protagonismo da juventude da Região Amazônica. Em seguida a presidente passou a palavra para Arlete do MPE, que informou os andamentos do projeto Intersetorial de Educação Ambiental, falou que é um projeto piloto que partiu da iniciativa do MPE é trabalhado em parceria com a SEDUC, NATURATINS, SESAU e SRHMA, já foi realizada a primeira etapa que ocorreu em julho com a construção do diagnóstico, e no início de novembro até a primeira semana de dezembro foram trabalhados o retorno aos quatro municípios: Ponte Alta do Tocantins, Araguanã, Caseara e Pedro Afonso, para devolução dos dados, apresentação do diagnóstico e elaboração do plano de ação de educação ambiental para ser implementado em 2010. Segundo ela, nesse retorno contaram com uma participação da comunidade que não foi tão significativa, mais uma participação boa dos municípios no recebimento da equipe, no envolvimento e mobilização da sua comunidade para participar e ouvir o diagnóstico e construir o Plano. A próxima etapa de implementação das

atividades do projeto iniciará no final de fevereiro de 2010. Pediu a participação da CIEA e principalmente da Secretaria de Recursos Hídricos e Meio Ambiente, justificou dizendo que a Secretaria é quem estabelece as diretrizes da Política de Educação Ambiental. Informou que constataram com o resultado do diagnóstico que a fragilidade dos municípios em operar a Política de Educação Ambiental é muito grande e que há um conjunto de problemas que se somam e os gestores em sua grande maioria não estão preparados para trabalhar com essa demanda e a comunidade sofre o reflexo disso, por isso não se mobiliza, pois não tem informação para isso, porque não é colocado na história de vida dela, portanto não é prioridade na sua vida. Informou ainda, que o resultado foi positivo e a participação da SEDUC, NATURATINS E SESAU foram significativas para esse processo.

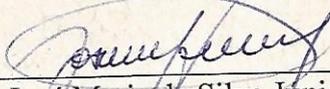
Nada mais havendo a tratar, a Presidente Hélia Azevedo, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a Reunião. A lavratura desta ata é de responsabilidade da Presidente da Comissão, sendo a mesma assinada pelos membros presentes da CIEA.



 Silene Miranda Lima



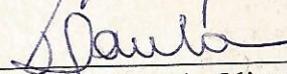
 Arlete Silva Ribeiro



 José Maria da Silva Junior



 Roselice Ferreira Silva



 Divina Paula Batista de Oliveira



 Eliane Augusta Lagares

 Eliene Gomes dos Santos

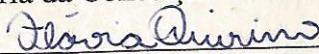
 Keury Juliana Nunes da Silva

 Eliane de Oliveira da Silva

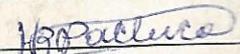
 Iêda M. Pinheiro Nolasco

 Maria da Conceição Silva Oliveira

 Vanessa A. Sardinha Sousa



 Flávia Valéria Pereira Quirino



 Hélia Rodrigues de Azevedo Pacheco